



**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROF<sup>a</sup> NAIR FORTES ABU MERHY**

**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**NARATIANA ROGEL BARROS**

**INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DO TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA:**

**Dentro das aulas de Educação Física**

**Além Paraíba  
2018**

NARATIANA ROGEL BARROS

**INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DO TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA:**  
Dentro das aulas de Educação Física

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Superior de Educação Prof<sup>a</sup> Nair Fortes Abu Merhy, Fundação Educacional de Além Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Elisângela Tassi Barros Garcia

Além Paraíba  
2018

NARATIANA ROGEL BARROS

**INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DO TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA:  
Dentro das aulas de Educação Física**

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Educação Profª Nair Fortes Abu-Merhy,  
da Fundação Educacional de Além Paraíba - FEAP, como requisito parcial para a obtenção  
do título de Licenciado em Educação Física e aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

---

Profª. Especialista Patricia Bassan de Oliveira Barbosa  
Presidente da Banca  
Fundação Educacional de Além Paraíba

---

Profª. Elisângela Tassi Barros Garcia  
Fundação Educacional de Além Paraíba

---

Prof. Gleydson Percegoni  
Fundação Educacional de Além Paraíba

Além Paraíba  
10/12/2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

BARROS, NaratianaRogel.**Inclusão do alunoportador do Transtorno do Espectro Autista**/ NaratianaRogel Barros Além Paraíba: FEAP/ISEFOR, Graduação, 2018.

Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Fundação Educacional de Além Paraíba, ISEFOR, Além Paraíba, 2018.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Elisangela Tassi Barros Garcia

1. Inclusão. 2. Autismo 3. Educação Física - Monografia  
I. Prof<sup>ª</sup>,ElisangelaTassi Barros Garcia. II. Fundação Educacional de Além Paraíba, Licenciatura em Educação Física. III. Inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, aos meus pais, aos meus avós, aos amigos e familiares.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por toda força e bênçãos na minha vida durante esses quatro anos de estudo e dedicação. Aos meus pais WiverTassi e Melissa Rogel, aos meus avós maternos VantuilRogel e OsmiraRogel, aos meus avós paternos Paulo Cesar Barros e IvonildeTassi, as minhas tias ElenizeTassi e Erica Rogel, minha irmã NaytiaraRogele aos meus amigos que sempre estão ao meu lado, Agatha Coutinho, Guilherme Senra, Isabella Paranhos, Isadora Dantas e Gustavo Viana muito obrigada a vocês por sempre me apoiar e me incentivar.

Meus agradecimentos também aos amigos de classe, companheiros de trabalhos com quem vivi muitos momentos bons e ruins, que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

Agradeço especialmente a professora Elisangela Tassi minha querida orientadora e tia com quem sei que posso contar e que me acompanhou nessa longa caminhada de 4 anos. Ao Professor Gleydson Percegoni pelas conversas e grande ajuda com o fornecimento de material para a realização deste trabalho. E também aos demais professores que contribuíram para meu enriquecimento acadêmico, muito obrigada!

“Do lado de fora, olhando para dentro, você nunca poderá entendê-lo. Do lado de dentro, olhando para fora, você jamais conseguirá explicá-lo. Isso é autismo.”

AUTISM TOPICS

BARROS, Naratiana Rogel. **Inclusão do aluno portador do Transtorno do Espectro Autista**: Dentro das aulas de educação físicas. Além Paraíba. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Instituto Superior de Educação Prof<sup>ª</sup> Nair Fortes Abu-Merhy, Fundação Educacional de Além Paraíba, 2018.

## **RESUMO**

O tema abordado surgiu a partir do convívio semanal com crianças portadoras de Transtorno do Espectro Autista junto dos seus familiares, podendo enxergar de perto as dificuldades vividas por eles. Transtorno do Espectro Autista é um grupo de distúrbios do desenvolvimento neurológico de início precoce, caracterizado por comprometimento das habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos estereotipados. Para a realização deste estudo foram feitas pesquisas bibliográficas em diversas obras e documentos. Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola comum, em uma sala regular, é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas. A formação dos professores é um fator de extrema importância juntamente com a participação da família no âmbito escolar. Respeitar a individualidade da criança autista é fundamental. Conclui-se neste trabalho, não existe maneira certa para incluir, cabe ao professor fazer as adaptações necessárias, para que o todos alunos possam participar e desenvolver suas habilidades dentro das aulas de Educação Física.

**Palavras-chave:** Inclusão. TEA. Educação Física.



BARROS, NaratianaRogel. **Inclusão do aluno portador do Transtorno do Espectro Autista**: Dentro das aulas de educação físicas. Além Paraíba. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Instituto Superior de Educação Prof<sup>ª</sup> Nair Fortes Abu-Merhy, Fundação Educacional de Além Paraíba, 2018.

## **ABSTRACT**

The topic was raised from the weekly contact with children with Autism Spectrum Disorder with their relatives, and can see closely the difficulties experienced by them. Autism Spectrum Disorder is a group of early-stage neurodevelopmental disorders, characterized by impaired social and communication skills, as well as stereotyped behaviors. For the accomplishment of this study bibliographical researches were done in diverse works and documents. Including the child with autism goes beyond putting it in an ordinary school, in a regular classroom, it is necessary to provide this child with meaningful learning. The training of teachers is an extremely important factor together with the participation of the family in the school context. Respecting the individuality of the autistic child is fundamental. Conclusion in this work, there is no right way to include, it is up to the teacher to make the necessary adaptations, so that all students can participate and develop their skills within Physical Education classes

**Key-words:** Inclusion.TEA. Physical Education.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista .....	23
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

CONFED	Conselho Federal de Educação Física
DSM – V	O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5. <sup>a</sup> edição
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b> .....	15
<b>2.1 A INCLUSÃO</b> .....	15
2.1.1 Escola e Família .....	17
<b>2.2 - O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</b> .....	20
2.2.1 Família e Diagnóstico.....	23
2.2.2 O aluno portador de Transtorno do Espectro Autista.....	24
<b>2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E INCLUSIVA</b> .....	27
2.3.1 O professor .....	29
2.3.2 A inclusão do aluno portador do TEA nas aulas de Educação Física .....	30
<b>3 CONCLUSÃO</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35

# 1 INTRODUÇÃO

A atual sociedade capitalista dos últimos séculos é marcada por extremas desigualdades. Seja esta desigualdade como forma econômica, cultural, social ou racial, no qual marca e aprofunda a ausência da prestação de serviços básicos, como por exemplo, a educação. Uma das formas de enfrentamento dessas desigualdades, é a utilização da inclusão. Esta, utilizada neste documento, para contribuir na inserção do indivíduo que sofre do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de buscar melhores condições dentro da escola dando ênfase nas aulas de Educação Física.

O tema abordado surgiu a partir do convívio semanal com crianças portadoras de TEA junto dos seus familiares, podendo enxergar de perto as dificuldades vividas por eles na promoção das atividades físicas e escolares. Desta forma, é considerado que estas crianças precisam de uma atenção diferenciada e os professores de educação física devem estar sempre atentos a esses alunos, buscando a participação e melhoria no desenvolvimento, surgindo assim a questão: Como incluir os alunos portadores de TEA nas aulas de Educação Física?

O TEA é compreendido como um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde a idade muito precoce com impacto múltiplo e variável em diversas áreas do desenvolvimento humano como na comunicação, interação social e aprendizado. Sendo assim, se faz necessário trazer a noção de inclusão e esta, é mais do que somente garantir o acesso à entrada de alunos portadores de necessidades especiais nas instituições de ensino, ela possui como objetivo eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação. Posto isso, fez-se necessário entender que a educação física escolar inclusiva é, primeiro, reconhecer que todos alunos podem aprender e que todas as diferenças podem ser compreendidas.

Para unificar a promoção desta educação inclusiva, foram estabelecidos recomendações para uma educação física escolar de caráter inclusivo. Seus principais objetivos propostos estão na reflexão à respeito da inclusão do aluno autista nas aulas de educação física e discutir o papel do professor nesse processo de inclusão

Para a realização deste estudo foram feitas pesquisas bibliográficas em diversas obras, como livros, artigos científicos, sites e revistas atuais sobre o assunto.

O tema trabalhado utilizou-se de uma pesquisa exploratória que foram divididas em 3 capítulos. No primeiro foi discutido a respeito da inclusão; no segundomomento sobre o TEA e o diagnóstico; e no terceiro Educação Física Adaptada Inclusiva.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A INCLUSÃO

Como descrito no Dicionário Aurélio: Incluir quer dizer fazer abranger, compreender, conter, envolver, introduzir, pôr ou estar dentro, estar ao meio, fazer parte de um grupo. Inclusão é o ato ou efeito de incluir uma pessoa seja ela em um ambiente ou meio social.

Entende-se por inclusão o direito, a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade, comunidade essa que deve estar orientada por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 13)).

A declaração de Salamanca (1994) é de extrema importância para a inclusão, foi realizada na Espanha promovida pela UNESCO, esta declaração acreditava que:

“Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO,1994).”

Tendo a compreensão sobre o TEA, faz-se necessário conhecer leis que permitem que essas pessoas sejam acolhidas pela sociedade. Decerto, não existem fórmulas para a inclusão de pessoas no âmbito profissional, escolar e familiar, mas é de suma importância aceitar as heterogeneidades dos sujeitos.

A inclusão começou a ser um processo perceptível a partir de 1980 nos países desenvolvidos. Em escala nacional, somente a partir da sétima Constituição da República (1988) que o número de pesquisas e estudos nessa área começou a ampliar-se (AGUIAR; DUARTE, 2005).

A Constituição Federal de 1988 apresenta como um de seus objetivos fundamentais o dever com a educação de maneira a estabelecer igualdade no acesso à escola, sendo dever do Estado propiciar atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais preferentemente na rede regular de ensino.

Em 24 de outubro de 1989, foi implementada a Lei nº 7.853 que dispõe sobre as pessoas portadoras de deficiência, assegurando em seu artigo 1º o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências e a efetiva integração social. Já no artigo 2º da mesma Lei, prevê que o Poder Público e seus órgãos concernem assegurar às pessoas portadoras de necessidades especiais os direitos básicos, inclusive a educação de qualidade e especial.

Ressaltam que, no campo da educação escolar, a busca por uma educação inclusiva e pelo estudo nessa área, de forma sistematizada, está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001), a lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei de amparo à pessoa com autismo, a lei nº 12.764/12, esta, por sinal, considerada uma das mais importantes para o Brasil nesse enfoque da inclusão da pessoa com TEA.

Para Correia(2014) o conceito de necessidades educacionais especiais tem sido muito questionado nos últimos anos em decorrência de ser um termo amplo e vago, não se restringindo aos sujeitos com deficiência, mas às minorias excluídas socialmente, e, ainda, a todos àqueles que necessitem de qualquer apoio para realizar suas atividades regularmente. Construir uma sociedade inclusiva é um processo de suma importância para o desenvolvimento e preservação de um Estado democrático.

A inclusão é a capacidade de se ver no outro, de aceitação, de compartilhar experiências com vários tipos de pessoas. Existem diversos tipos de discriminações, mas a inclusão é uma só, pois, por meio de uma visão inclusiva, todas as pessoas são acolhidas, sem qualquer exceção. O intuito da inclusão é, portanto, trazer todos para a sociedade, a qual deverá adequar-se e se adaptar aos particulares de todos em todas as áreas sociais (SAS-SAKI, 1999).

A inclusão não acontece de forma rápida, para incluir é preciso trabalho em equipe, pensar no bem-estar de todos, ter um relacionamento entre escola e família onde um ampara o outro, relação entre aluno e professor, preparação da escola e dos alunos e também da sociedade, fazendo assim uma equipe que inclua os alunos com deficiência e não apenas o insira sem pensar na aprendizagem (BARBOSA, 2008).

Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola comum, em uma sala regular, é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade.

### **2.1.1 Escola e Família**

A família e a escola são duas bases fortes para a formação de um indivíduo, sendo assim um não pode transferir a responsabilidade para o outro, é notório que muitos pais não estejam preparados para lidar com um filho especial, e também é perceptível que a escola por muitas vezes não saiba lidar com esse aluno especial, o que se torna necessário nesses casos é que a escola juntamente com família troque informações afim de ajudar esse aluno a se adaptar e se sentir acolhido mesmo estando longe da família, criando assim laços que contribuem de forma direta o ensino aprendizagem dos alunos (BARBOSA, 2008).

A escolarização das crianças com autismo é um campo em construção marcado pelos diferentes modos de compreender essas crianças, seu desenvolvimento e as possibilidades educativas de cada abordagem. Contudo, sabemos que, historicamente, a escolarização dessas crianças ficou sob a responsabilidade das instituições especializadas de educação especial. O atendimento à criança com autismo nessas instituições baseava-se no modelo clínico médico no qual o trabalho educativo estava centrado na deficiência do aluno, visando a corrigir ou amenizar déficits, cristalizando a imagem da criança com autismo ao seu diagnóstico e determinando uma incapacidade de aprender e se desenvolver (VASQUES, 2003; CHIOTE, 2013).

O processo de inclusão impõe modificações Institucionais da escola e no interior dos indivíduos que possuem o comprometimento com seu trabalho. A mobilização deve começar a partir de todos os profissionais, desde a direção, serviços de supervisão, coordenação, professores, psicólogos e funcionários da escola que trabalham diretamente e indiretamente com estes alunos, como afirma Cunha(2014):



“Quando se trata de inclusão na escola, o primeiro passo a ser dado para atingirmos o objetivo proposto é transformarmos a escola em todos seus aspectos (estruturais e humano). O ambiente inclusivo deve conter não só os recursos pedagógicos apropriados como também o material humano especializado (CUNHA, 2014).”

O desafio que ocorre no âmbito escolar, quando abordado o tema educação inclusiva especialmente, se apresenta pela falta de qualificação continuada, não só do professor, mas de todos os profissionais envolvidos. Vale destacar ainda que não se deve entender um ambiente inclusivo somente em razão dos recursos pedagógicos, mas sim em como utilizá-los.

Para inclusão da criança autista na escola, Bosa (2006) reforça a ideia de que ao lidarmos com crianças pequenas a prioridade deveria ser a terapia da fala, da interação social, da educação especial e o suporte familiar. Salientando a variedade de serviços disponíveis, seja com abordagens individuais ou por clínicas multidisciplinares e lembrando que a eficácia do tratamento depende da experiência e do conhecimento dos profissionais sobre o autismo e, principalmente, de sua habilidade de trabalhar em equipe e com a família.

Farrel (2008) salienta que o suporte para as famílias de crianças autistas é fundamental. A compreensão do comportamento da criança, de como ela funciona pode auxiliar os pais a lidarem com essa situação com menos sofrimento. Pois quando os pais se sentem parte integrante do tratamento eles se comprometem com o filho e passam a olhar suas potencialidades do seu filho e não apenas o autismo.

Para Moreira (2010) a criança autista não é propriamente uma pessoa com uma doença que limita a capacidade de interagir socialmente, mas sim uma pessoa que vive em seu próprio “mundo interior”, e que devemos compreender a realidade dos pais da criança autista, que não atende as exigências que a sociedade impõe e se fecha para viver o seu “mundo”.

As famílias precisam se aproximar da escola não apenas comparecendo a reuniões de pais ou participando de Conselhos Escola-Comunidade através de representantes, mas é preciso que ela se inteire diretamente do processo educacional acadêmico de seus filhos, ajudando-os a aprender a aprender. Em relação a isso Stainback reforça:

“Apenas com o estabelecimento de uma boa relação entre escola e família é que as propostas educacionais relativas à formação de cidadãos nos dias de hoje poderão acontecer. Para que a inclusão seja bem-sucedida, as diferenças dos alunos devem ser reconhecidas como um recurso positivo. As diferenças entre os alunos devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos os alunos da classe consequentemente a educação inclusiva torna-se um meio

privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído (STAINBACK, 1999).”

É fundamental que as escolas estejam preparadas para desenvolver no aluno as suas potencialidades, sendo ele ou não crianças e adolescentes com autismo. Portanto, cabe ressaltar que o trabalho de preparação das escolas para recebê-los é importante para que contribua para um melhor processo de ensino e aprendizagem, bem como de desenvolvimento da criança e adolescente com autismo, como Menezes afirma:

“Uma inclusão realizada sem as devidas ponderações a respeito de todo o contexto em questão, pode se tornar a mais perversa das exclusões. Aquela que acontece dentro do ambiente escolar, em que o aluno é mantido na escola e ainda assim não consegue evoluir em seu processo. Em síntese, mediante minha experiência e análise do conteúdo teórico, pode-se dizer que para que o processo de inclusão escolar de alunos com autismo seja bem sucedido e preciso atender a três condições básicas. São elas: 1) Conhecer e estudar as características comuns as pessoas com autismo; 2) Definir a forma de atendimento educacional a ser ofertado, concomitantemente com a turma comum e 3) Desenvolver estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo as necessidades educacionais especiais de alunos com autismo, as quais devem ser avaliadas sistematicamente (MENEZES, 2012).”

O professor é primordial nessa relação e nesse processo inclusivo, pois essa forma de educação propõe grandes desafios. O professor é o principal mediador nas relações entre os alunos, é por meio da intervenção crítica e social do professor que os alunos podem ter uma nova visão sobre as diferenças entre os outros e entre si.

## 2.2 - O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O TEA é um grupo de distúrbios do desenvolvimento neurológico de início precoce, caracterizado por comprometimento das habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos estereotipados. Embora definido por estes principais sintomas, o fenótipo dos pacientes com TEA pode variar muito, abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até indivíduos com quociente de inteligência normal, que levam uma vida independente.

Segundo Costa (2017):

“Fazendo uma vertiginosa revisão na literatura (BOSA, 2002; ASSUMPÇÃO JÚNIOR; KUCZYNSKY, 2015; BRASIL, 2015) é possível perceber que os primeiros relatos publicados sobre o autismo datam dos anos de 1940, sendo feitos por Leo Kanner, em 1943, e por Hans Asperger, em 1944. Nessas publicações os médicos “[...] forneceram relatos sistemáticos dos casos que acompanhavam e de suas respectivas suposições teóricas para esse transtorno até então desconhecido” (BOSA, 2002)(COSTA, 2017).”

Os estudos citados salientam crianças que apresentavam comportamentos atípicos, em que, logo na infância, já apresentavam déficits nas esferas sócias comunicativas e comportamentais, o que acarretava prejuízos qualitativos, principalmente na sua interação com os outros.

O que foi constatado pelos estudos de Kanner, estavam: atraso na aquisição da fala, concomitante, seu uso não-comunicativo, a insistência na manutenção da rotina, as repetições nas atividades, o uso estereotipado dos brinquedos, entre outras características que não se distanciavam das mencionadas por Hans Asperger em sua tese de doutorado, de 1944.

Contudo, os estudos descritos por Asperger abrangeram características mais amplas que as registradas por Kanner, no sentido de, como nos afirma Bosa (2002), “[...] a forma ingênua imprópria de aproximar-se das pessoas [...]” e, ainda, “[...] a dificuldade dos pais em constatar o comprometimento nos três primeiros anos de vida da criança”.

Enfim, “[...] ambos, Kanner e Asperger, descreveram crianças com habilidades cognitivas irregulares, habilidades extraordinárias, sobretudo no campo da memória e das habilidades visuais que coexistiam com profundos déficits de senso comum e julgamento” (ASSUMPÇÃO JÚNIOR; KUCZYNSKI, 2015).

O conceito de autismo, por sua vez, sofreu algumas mudanças. O termo evoluiu de

esquizofrenia infantil para o que hoje conhecemos como Transtorno do Espectro Autista. Quanto a sua definição, Armonia (2015) salienta que os “[...] quadros que compõem TEA, são complexos e apresentam manifestações variadas, com alterações irregulares no desenvolvimento [...]”.

Atualmente de acordo com O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.<sup>a</sup> edição (DSM-V) o TEA é um novo transtorno que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento. O diagnóstico do autismo é clínico, feito através de observação direta do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis, existem vários sistemas de diagnósticos o mais conhecido segue os critérios conforme DSM-V que são eles:

**A.** Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.

2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.

3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.

**B.** Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):

1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).

2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).

3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).

4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento).

C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).

D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.

E. Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; para fazer o diagnóstico da comorbidade de transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento.

De acordo com DSM- V são três níveis de gravidade do transtorno do espectro autista Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial" Nível 2 "Exigindo apoio substancial" e Nível 1 "Exigindo apoio", que tem correlação com Comunicação social e Comportamentos restritos e repetitivos como podemos ver na tabela a seguir:

**TABELA 2 Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista**

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2 "Exigindo apoio substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 "Exigindo apoio"	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: DSM-V (2014 p. 52)

### 2.2.1 Família e Diagnóstico

Os pais dos indivíduos com TEA são normalmente os primeiros a verificar que algo diferente está acontecendo com seu filho. Nesse momento, começa a busca por auxílio, sendo um período de incertezas o que antecede o processo de elaboração e formação do diagnóstico.

Ultimamente não só vem aumentando o número de diagnósticos, como também estes vêm sendo concluídos em idades cada vez mais precoces. De acordo com a autora Mello (2005) pensa-se que a origem do autismo esteja em irregularidades em alguma parte do cérebro, porém ainda não foi acentuada conclusivamente e, possivelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto, como as causas não são totalmente conhecidas, o que pode ser recomendado em termos de prevenção do autismo são os cuidados gerais a todas as gestantes, especialmente cuidados com ingestão de produtos químicos, tais como remédios, álcool ou fumo.

O momento do diagnóstico de uma doença ou síndrome crônica para família é repleto por um conjunto de sentimentos e sensações diversas que inclui o medo, frustração, insegurança, desesperança, negação, principalmente quando se trata de uma criança.

Na minha curta vivência de acompanhamento e análise foi possível identificar que o TEA intriga e angustia as famílias dos portadores. Pois os mesmos tem uma aparência

harmoniosa apesar de terem um perfil irregular de desenvolvimento, com bom funcionamento em algumas áreas enquanto em outras se encontra bastante comprometidas. Durante conversas com familiares foi possível perceber que alguns buscaram na negação uma estratégia de fuga apesar da confirmação do diagnóstico.

Provavelmente os sentimentos vivenciados pelos familiares, especificamente por parte dos pais, tornam-se mais difícil devido ao desconhecimento acerca do transtorno espectro autista, o que fortalece a concepção da necessidade de um melhor apoio, atenção e orientação por parte do profissional que noticiará a descoberta do TEA.

Como o TEA não tem cura, a busca pelo tratamento específico porta consigo, entretanto, a importância de atenuar os déficits apresentados, pois, alguns tratamentos podem ser mais eficazes para uns e menos para outros, em função de cada autista apresentar um nível de desenvolvimento diferente do outro. Contudo, no que se refere ao tratamento, ainda a psicoterapia comportamental é a mais preconizada juntamente com o processo de condicionamento que facilita os cuidados com o autista, tornando-o mais bem estruturado emocionalmente e organizado (SANTOS, 2008)

### **2.2.2 O aluno portador de Transtorno do Espectro Autista**

“Em relação aos alunos com TEA, por ser um assunto pouco conhecido, muitos chegam a escola sem diagnóstico fechado, o professor então deverá analisar como esse aluno age em sala de aula, isso tudo também depende de quais tipos de informação sobre o transtorno que o professor possui, e encaminhar para a direção da escola que tomarão as devidas providências possivelmente comunicando aos pais para que esses procurem auxílio médico (TEODORO, GODINHO, HACHIMINE, 2016)”.

As características variam de um autista para outro, as características mais comuns e importantes podem ser divididas em várias categorias amplas: as dificuldades sociais, os interesses específicos e intensos, e peculiaridades na fala e na linguagem. A principal característica é a dificuldade com o convívio social. Os não-autistas são capazes de captar informação sobre os estados emocionais de outras pessoas pela expressão facial, linguagem corporal, humor e ironia. Já as pessoas com TEA não têm essa capacidade.

Crianças autistas geralmente apresentam comportamentos diferentes, pois as mesmas têm dificuldades de: comunicação, sociabilização, e uso da imaginação. A autora Mello explica um pouco sobre como é essa tríade de dificuldades:

“1.Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação em sua linguagem verbal. (MELLO, 2005, p. 20).”

Assim, pode-se encontrar também crianças sem linguagem-verbal, e com dificuldades de comunicação por qualquer outro meio. Apresentam linguagem verbal e não são muito comunicativas e as vezes só repetem o que lhes foi dito.

“2.Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo, e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas (MELLO, 2005, p. 20).”

Em diversos casos, elas aparentam ser afetivas, seguindo um padrão repetitivo, sem qualquer tipo de troca, com dificuldades de se colocar no lugar do outro, e compreender situações cotidianas.

“3. Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Isto pode ser exemplificado por comportamentos obsessivos e ritualísticos, compreensão literal da linguagem, falta de aceitação das mudanças, e dificuldades em processos criativos (MELLO, 2005, p. 20).”

Essa dificuldade pode ser observada pela forma de brincar as vezes sem criatividade, pelo modo diferente de exploração de brinquedos, passar horas e horas vendo os detalhes de um brinquedo.

Os alunos com Transtorno do Espectro Autista não devem ser confundidos com alunos com deficiência intelectual, os professores e a escola devem estar atentos para que esse aluno desenvolva suas habilidades de forma integral.É de suma importância salientar que segundo Cunha(2016):

“O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende. [...] A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do



conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (CUNHA, 2016).”

### 2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA E INCLUSIVA

Educação Física, como um dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar indiferente ao movimento da educação inclusiva. A Educação Física Adaptada é uma área de conhecimento da Educação Física que tem como ideia principal incluir as pessoas com deficiência em um conjunto de atividade, jogos, esportes e exercícios. Pois, muitas vezes, esses indivíduos são excluídos devido a suas condições.

Segundo Duarte e Werner (1995):

“A Educação Física Adaptada é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada aluno com deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE; WERNER; 1995).”

Para o autor, o processo de ensino aprendizagem deve ser adequado às características individuais de cada pessoa com deficiência. Dessa forma, cabe aos professores de Educação Física que trabalham com as pessoas com deficiência ou não, terem conhecimentos básicos relativos ao seu aluno, bem como competência para organizar os ambientes que permitem a execução das tarefas, conforme o aluno for se adaptando às aulas, o nível vai aumentando. O professor tem que respeitar a individualidade dos alunos sabendo explorar seus potenciais.

Para Bueno e Resa (1998) salientam que:

“A Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente (BUENO; RESA; 1998).”

Para a autora, o professor precisa ter planejamento que vise atender às necessidades de seus alunos, combinando procedimentos para romper as barreiras da aprendizagem; é preciso que o professor seja criativo, adaptando as aulas de acordo com nível de deficiência do seu aluno.

Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe e pode combinar inúmeros procedimentos para remover as barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos. O professor que trabalha

com a Educação Física Adaptada na escola, muitas vezes encontra desafios em desenvolver Programas de Atividades Físicas para alunos com deficiência, estes desafios estão diretamente ligados por uma formação inicial deficiente, já que no Brasil só a partir da década de 80 começou a ocorrer estudos sobre pessoas com deficiência e possíveis intervenções nos cursos de Educação Física, por meio de disciplinas específicas, como a Educação Física Especial e a Educação Física Adaptada.

Segundo Cidade e Freitas (2002) “A Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de Graduação através da resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação, prevendo a atuação do professor de Educação Física junto às pessoas com deficiência e outras necessidades especiais”.

Portanto, muitos dos professores de educação física que atuavam nas escolas antes da década de 80, não tiveram durante o processo de formação inicial matérias ou assuntos relacionados à Educação Física Adaptada. Atualmente quase todos os cursos de Educação Física disponibilizam nas grades curriculares conteúdos relacionados à Educação Física Adaptada e à Inclusão, mas isso não certifica que os professores, ao saírem da instituição de ensino, estejam prontos para desenvolver atividades junto com as pessoas com deficiência.

A formação dos professores de Educação Física para lidar com alunos com deficiência é de extrema importância, mas não basta somente uma boa formação inicial, e sim mudanças em toda a esfera educacional, pois nem todas as escolas estão prontas para acolher o aluno com deficiência. Todos estes problemas, sejam na formação dos profissionais ou no ambiente educacional, vêm tornando-se fundamental no momento em que a inclusão é um assunto importante no âmbito escolar.

Com a proposta de constituir um instrumento norteador para a intervenção profissional responsável e qualificada no ambiente escolar, a Comissão de Educação Física Escolar do CONFED publicou o livro “Recomendações para a Educação Física Escolar”. A obra tem como objetivo apresentar aos profissionais, recomendações que contribuam para uma intervenção qualificada, legitimando a Educação Física na escola.

Segundo as Recomendações para a Educação Física Escolar (2014);

“A Educação Física Inclusiva, como toda e qualquer atividade que leva em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicia aos mesmos, efetiva participação nas diversas atividades físicas e, conseqüentemente, possibilita o desenvolvimento de suas competências (CONFED, 2014)”

A educação física inclusiva para Aguiar e Duarte (2005) deve ter como eixo o aluno, para que se desenvolvam competências e condições igualitárias, buscando, portanto, estratégias para dirimir a exclusão ou segregação. É por meio das atividades de educação física que os alunos podem ampliar esses contatos interpessoais, já que as atividades físicas propiciam o ensino de limites e superação, além de dar uma visão de competitividade e, também, a ter contatos físicos que são propostos pelas dinâmicas das práticas educativas que valorizem a diversidade e o respeito entre os alunos.

Seguindo as Recomendações para a Educação Física Escolar(2014) é significativo ressaltar que:

“QUE a Educação Física atenda a todos os alunos, respeitando suas diferenças e estimulando-os ao maior conhecimento de si e de suas potencialidades, num exercício de ética e cidadania; QUE o trabalho em grupo promova a valorização e a interação entre os alunos e professores como elemento motivador à interação social, pessoal e intelectual; (CONFEEF, 2014).”

Concluindo assim que a Educação Física escolar inclusiva deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.

### **2.3.1 O professor**

O professor também deve estar bem preparado para atender os alunos com deficiência, especialmente o aluno autista e suas peculiaridades, buscando obter uma formação continuada, cursos na área da educação especial e refletir sobre o tema(BARBOSA, 2008).

Cunha (2013) afirma que em relação ao professor, a primeira e mais importante atitude a ser tomada é o conhecimento sobre o aluno, ou seja, o professor deve conhecer o aluno, saber quais são suas especificidades, as suas necessidades e os seus déficits, para assim saber intervir com a qualidade adequada para um bom rendimento do seu aluno. O professor deve detectar a habilidades do aluno, as que ele já tem e as que ele deve aprender. Além disso, o

professor deve ensinar o aluno a aprender e para isso é necessário conquistá-lo provocando o seu desejo. O início dessa caminhada se dá através da conquista do contato visual.

Cunha(2013) descreve algumas orientações que o professor deve ter com a criança autista que são fundamentais, 5 dentre elas:

“[...] penetrar nos afetos do aluno, concentrar-se no contato visual, trazer o olhar do aluno para as atividades que ele esta fazendo, procurar sempre enriquecer a comunicação, criar hábitos cotidianos agradáveis, fazer tudo com serenidade, mas com voz clara e firme, executar uma atividade de cada vez, privilegiar vínculos afetivos, corrigir ensinando e não reprimindo (CUNHA, 2013).”

Goellner afirma que:

“planejar e intervir são fatores fundamentais para o sucesso, porém o professor deve saber o momento certo para, por exemplo, mudar a atividade, ou aplicar determinada atividade em função do comportamento do aluno naquele momento, ou seja, a sensibilidade e a experiência do professor para trabalhar com as crianças autistas e mudar a perspectiva da atividade quando necessário, também é um fator importantíssimo para alcançarmos os objetivos traçados(GOELLNER, 2016).”

### **2.3.2A inclusão do aluno portador do TEA nas aulas de Educação Física**

Analisando obra de Camargo e Bosa (2009) fica evidente que a interação social é um fator importante para o desenvolvimento psicossocial da criança, pois proporciona contextos sociais e experiências que permitem troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para a resolução de conflitos. Além disso, é no seu grupo social que nascem as regras que moldam as atividades de cooperação e competição, e isso também é válido quando estamos falando de crianças com TEA. É necessário proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras crianças da mesma idade para possibilitarmos os estímulos necessários às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo.

Devemos estimular a interação entre crianças com desenvolvimento típico e crianças autistas, pois as crianças com desenvolvimento típico fornecem os modelos de interação para as crianças com autismo, mesmo que as crianças autistas tenham dificuldade de compreensão

social, concluindo assim que a interação social é a base para o seu desenvolvimento, como para o de qualquer outra criança.

Seguindo as Recomendações para a Educação Física Escolar (2014) o professor de Educação Física deve adotar uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busque o desenvolvimento da autonomia, cooperação, participação social e afirmação de valores e princípios éticos e democráticos.

Attwood (2002) em sua obra ressalta que as crianças com espectro do autismo se cansam logo, tanto física como mentalmente. Com isso, o professor deve estar sempre atento, pois muitas vezes elas não têm consciência desse cansaço, também são insensíveis a níveis baixos de dor, têm a propriocepção alterada, podem ser incapazes de perceberem os estímulos do seu próprio corpo e responder a esses sentimentos de mal-estar com condutas inapropriadas.

A linguagem e comunicação é fundamental para que haja interação social e cultural. Estudos mostram que a utilização de brinquedos favorece contato, tornando-se objeto de expressão da criança, no qual irá se expressar suas fantasias, desejos e experiências reais, de forma simbólica. Portanto, o brincar é fundamental para o desenvolvimento da criança, no que se refere aos aspectos do crescimento, da saúde e socialização, além de ser uma forma do aluno se comunicar.

O jogo pode ser usado como uma estratégia metodológica no ensino e aprendizagem do educando, por gerar zona de desenvolvimento proximal, ou seja, oportunidades de aprendizagem. Além disso, ao utilizar jogos educativos como recurso didático-pedagógico, o educador pode promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todas as potencialidades e habilidades dos alunos. Para tanto, o jogo deve ser praticado de uma forma construtiva e não como uma série de atividades sem sentido, tendo como objetivo o desenvolvimento de capacidades físicas e intelectuais, não esquecendo a importância da socialização.

Exemplos de atividades são os esportes coletivos, como futebol e basquete são excelentes para crianças com autismo, justamente pela oportunidade de socialização ao longo do tempo. Isso vai ajudar muito na integração delas com os amigos da escola. Já no âmbito físico, esses esportes auxiliam no planejamento motor da criança, dando uma maior noção de tempo e espaço. Outra atividade interessante são os circuitos funcionais, pois neles o professor de Educação Física explora muito a criatividade, reúne diversos exercícios em formato de “brincadeira”, os circuitos têm uma proposta dinâmica e divertida, porém organizados com obstáculos, cordas e corridas que precisam ser completados em uma

determinada sequência. Os benefícios no desenvolvimento motor e cognitivo são muito grandes, a criança amplia a consciência corporal e organização.

De acordo com Santos e Oliveira(2016):

“A atividade física atua principalmente para diminuir as estereotípias, acalma, aumenta o tônus muscular, tira o foco de situações que incomoda o aluno e ajuda a melhorar a socialização e coordenação motora. Os professores informam que os alunos autistas precisam de um trabalho multidisciplinar, por acometer atraso em diversas áreas do desenvolvimento. Não só da área médica, como também educação e psíquica.(SANTOS; OLIVEIRA; 2016)”

Duarte e Lima (2005) descrevem a ação de inclusão na área da educação física para além do simples desenvolvimento de atividades físicas. O papel do professor de educação física é de contribuir com uma formação de cidadão, cuja ação educativa é possibilitar aprendizagens e avanços nas capacidades de adaptação da criança com necessidades especiais e a sua vivência e relação corporal.

A prática da Educação Física escolar como processo de ensino para crianças autistas possibilita melhoras no desenvolvimento motor, na interação social, na comunicação, pois a criança vai começar a se socializar com os outros alunos, além de melhorar a qualidade de vida do aluno com a necessidade especial autista. As ferramentas pedagógicas podem ser usadas para colaborar com o avanço da criança autista, o brincar é uma possibilidade pedagógica encontrada dentro da diversificação de conteúdos da Educação Física. Dessa forma, a Educação Física colabora diretamente com o desenvolvimento das crianças com autismo.

O desenvolvimento e a aprendizagem de autistas precisam de tempo e espaço para acontecer, porque são processos complexos. É importante que o educador saiba mediar e interagir com o aluno e que conheça as características dele, para ajudá-lo no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de inclusão é algo muito benéfico que pode trazer ganhos não apenas para os alunos que são incluídos, mas com certeza para todos que convivem no espaço escolar. Para os alunos com deficiências, a inclusão possibilita que eles ocupem um espaço antes não ocupado. Passam a exercer seus direitos e tornem-se cidadãos, convivendo com todos os outros alunos da escola. A socialização da criança especial o estimula a vencer novos

desafios, fazendo-a se sentir cada vez mais capaz. A criança cresce e aprende a viver em ambientes integrados, encontrando nos demais colegas modelos, e passam a segui-los muitas vezes.



### 3 CONCLUSÃO

A partir das análises da literatura aqui apresentada, foi possível observar a importância do conhecimento sobre o TEA e das suas características. Respeitar a individualidade da criança autista é fundamental, pois é a partir dela que o planejamento deve ser construído.

É nítida a compreensão de que a formação dos professores é um fator de extrema importância no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem de alunos com TEA. O professor devidamente capacitado, terá uma maior facilidade de adaptar suas práticas educativas objetivando a melhoria do ensino dos seus alunos com TEA.

O professor tem o trabalho essencial na vida das crianças autistas, já que ele incentiva o trabalho em equipe, respeita as limitações e ajuda a superar os obstáculos, ou seja, faz com que a criança conquiste o seu espaço na sociedade. É fundamental a inclusão desse aluno para seu avanço no desenvolvimento social, efetivo e cognitivo. Por isso, temos de proporcionar um ambiente escolar que auxilie na integração desse aluno, proporcionando a ele uma ativa participação dentro da sala de aula com os seus pares e assim teremos uma aprendizagem de qualidade a todos os alunos.

Para que a inclusão ocorra de fato é necessário que haja uma conscientização, e nesta é preciso aceitar as diferenças e aprender a conviver com a diversidade. Sendo assim, incluir é benéfico tanto para o professor tanto para os demais alunos e todos os demais indivíduos da comunidade escolar. Vale destacar a importância da parceria entre a família e a escola no processo de inclusão. Desta forma, de acordo com os estudos não existe maneira certa para incluir, cabendo ao professor fazer as adaptações curriculares necessárias, para que o aluno com TEA aprenda e desenvolva suas habilidades como os demais alunos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**. Revista Brasileira de Educação Especial, 2005.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 /**; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<http://blogdapsicologia.com.br/unimar/wp-content/uploads/2015/12/248320024-Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>> Acesso em 10 agosto 2018

ARMONIA, Aline Citino. **Autismo e Linguagem infantil**. In: ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista Assumpção; KUCZYNSKI, Evelyn. Autismo infantil: novas tendências e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

ATTWOOD, T. **Frameworks for behavioural interventions**. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*. 12 (in press). USA. 2002

BARBOSA, Juliana Silveira Branco. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar**. UNB, Ipatinga, 2008.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Revista brasileira de psiquiatria = Brazilian journal of psychiatry. Vol. 28, supl. 1, 2006.

BOSA, Cleonice. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BOSA, Cleonice. Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Nº9. 394/96 de 20/12/96**. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001.**

BUENO, Salvador Toro; RESA, Juan Antonio Zarco. **Educación Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. 1998.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, 2009.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola**. Revista integração, 2002.

CHIOTE, F. de. A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2013.

CORREIA, Clacy Somenzi. **O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR**. 2014.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas** - Caicó: UFRN, 2017.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CONFEF-Conselho Federal. **Recomendações para a Educação Física Escolar**. Foz do Iguaçu: CONFEF, 2014.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, v. 3, 1995.

FARREL, M. **Estratégias Educacionais em Necessidades Especiais: dificuldades de relacionamentos pessoal, social e emocional**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOELLNER, Henrique Barbosa. **A inclusão de um aluno autista na educação física infantil: um relato de experiência**. 2016.

MELLO, A.M. S. R. de Mello. **Autismo: guia prático**. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE Editora, 2005.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, NS. **O cuidar do portador de autismo e seus familiares: uma abordagem multiprofissional.** Revista de pesquisa: cuidado é fundamental, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar.** Centro de Referências em Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, Juliana Muniz dos; OLIVEIRA, Maria do Socorro Brito de. **A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA–TEA.** Piauí, 2016

STAINBACK, S. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental.** Research, Society and Development, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, CORDE, 1994.

VASQUES, C. K. **Um coelho branco sobre a neve: estudo sobre a escolarização de sujeitos com psicose infantil. 2004.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2003.

